

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

PROJETO DE LEI Nº 5.524, DE 2005
(Apenso o Projeto de Lei nº 5.541, de 2005)

Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade de futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS.

Autor: Deputado Pedro Canedo

Relator: Deputado Marcelo Guimarães Filho

EMENDA DE RELATOR Nº 2

Inclua-se, nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 4º, a seguinte expressão: “ou no FGTS, ou das contribuições sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§ 4º Os saldos devedores dos débitos incluídos em qualquer outra modalidade de parcelamento, inclusive no REFIS, ou no parcelamento a ele alternativo, ou no PAES, ou no FGTS, ou das Contribuições Sociais



FEAC693709

instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, poderão ser parcelados nas condições previstas neste artigo, desde que a entidade desportiva manifeste sua desistência dessas modalidades de parcelamento no prazo estabelecido no art. 10 para a formalização do pedido de parcelamento.

§ 5º O parcelamento de que trata o caput aplica-se, inclusive, aos saldos devedores de débitos remanescentes do REFIS, do parcelamento a ele alternativo, do FGTS, ou das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 e do PAES, nas hipóteses em que a entidade desportiva tenha sido excluída dessas modalidades de parcelamento.

§ 6º A entidade desportiva que aderir ao concurso de prognóstico de que trata o art. 1º poderá, até o término do prazo fixado no art. 10, regularizar sua situação quanto às parcelas devidas ao REFIS, ao parcelamento a ele alternativo, do FGTS, ou das Contribuições Sociais instituídas pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001 e ao PAES, desde que ainda não tenha sido formalmente excluída dessas modalidades de parcelamento”.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO
Relator



FEAC693709